



Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOIRO E ORÇAMENTO
Esteves Pedro Colnago Junior

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
Paulo Fontoura Valle

SUBSECRETÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Renato da Costa Usier

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
André Luiz Santana Ferrari
Sandro Alex Bezerra Vieira

Março de 2022

Sumário

Anexo 3

Port. STN 375/2020

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 375/2020

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 375/2020

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

COVID-19

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

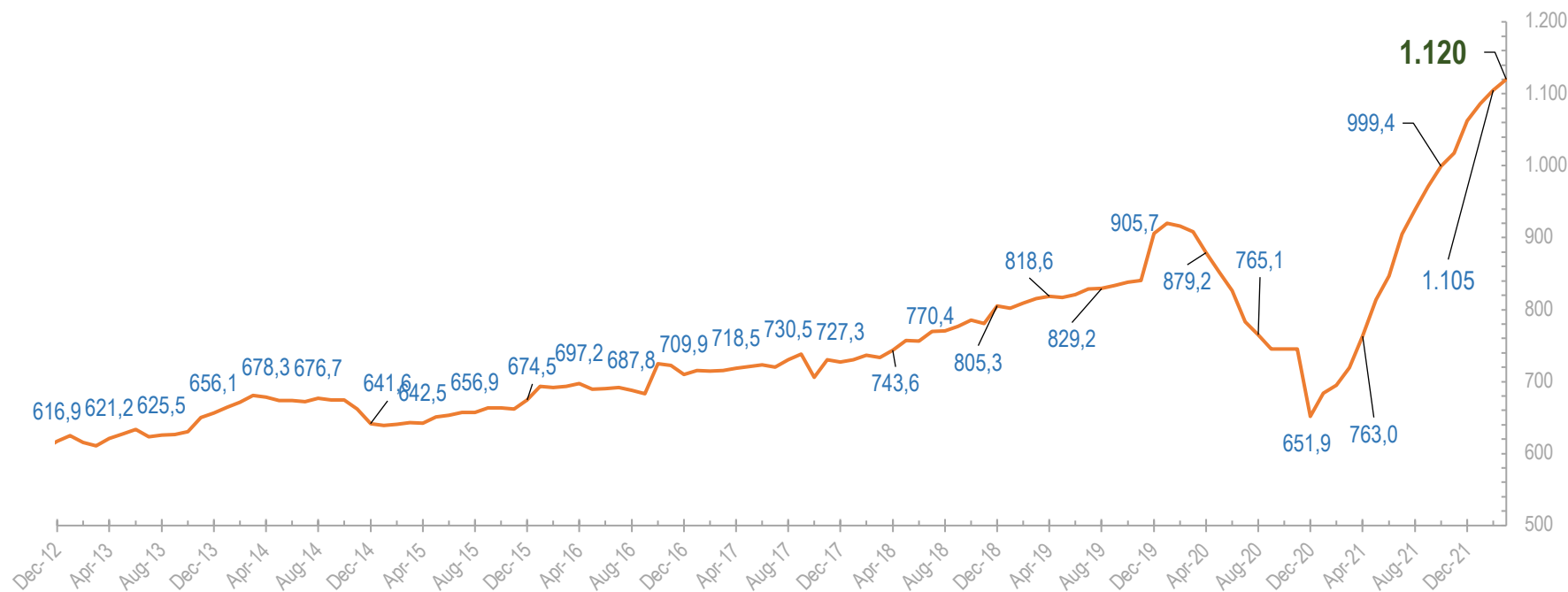
Anexo 3

Port. STN 375/2020

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Corrente Bruta	1.030	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.099
Receita Tributária	339	348	376	400	425	459	465	507	546	517	711	756
Receita de Contribuições	545	590	643	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.045
Demais Receitas Correntes	146	197	201	172	170	172	143	184	292	171	274	298
Deduções	471	518	564	602	608	651	681	730	785	862	924	979
Transf. Constitucionais e Legais	173	184	203	218	214	239	240	267	298	378	367	402
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	245	274	298	319	326	342	361	380	405	396	454	472
Outras Deduções	53	60	63	65	68	70	80	84	83	87	103	105
Receita Corrente Líquida (RCL)	559	617	656	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.120



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

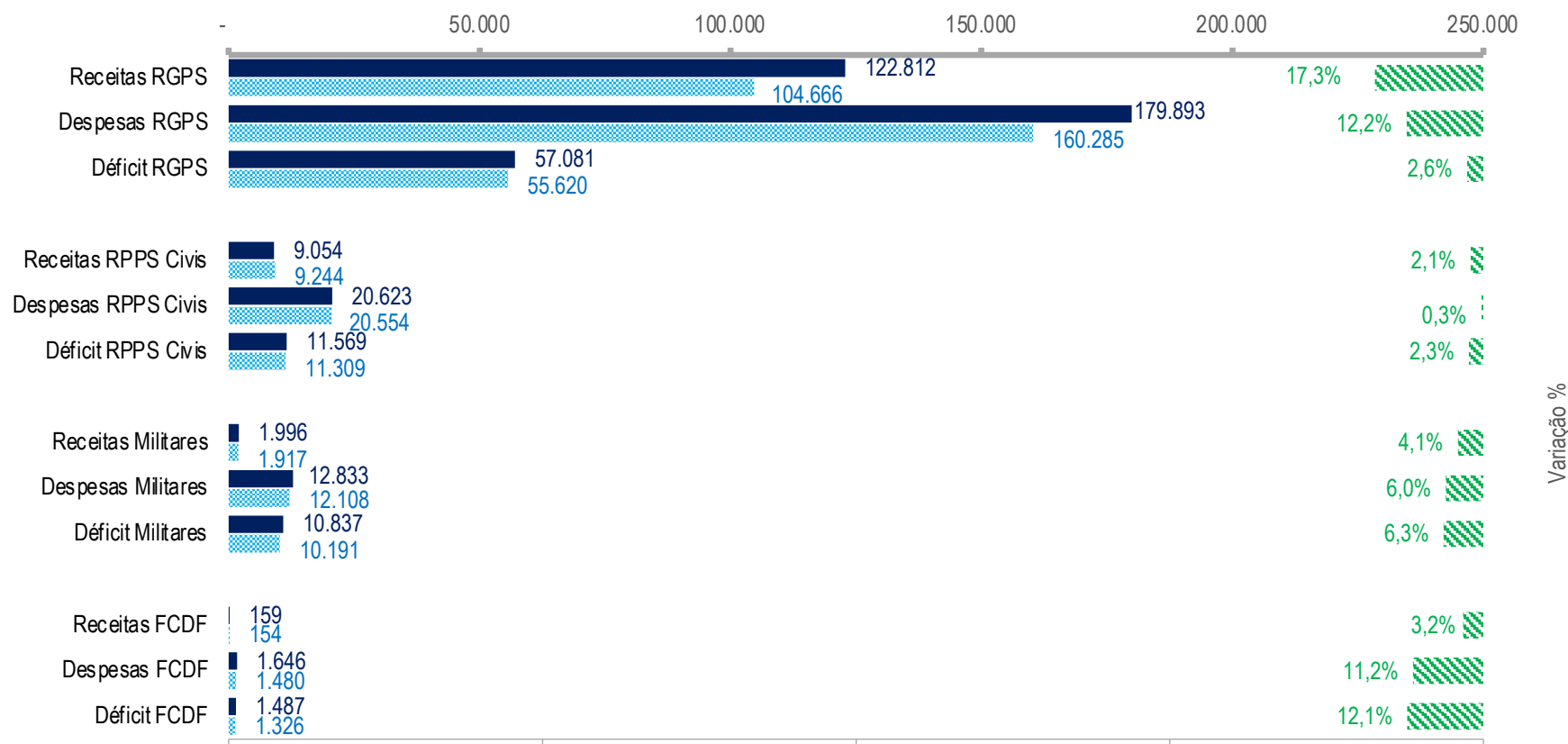
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 3 –Receita Corrente Líquida.

Anexo 4

Port. STN 375/2020

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Março/2022 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2022

■ 2021

■ Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 4 – Previdência.

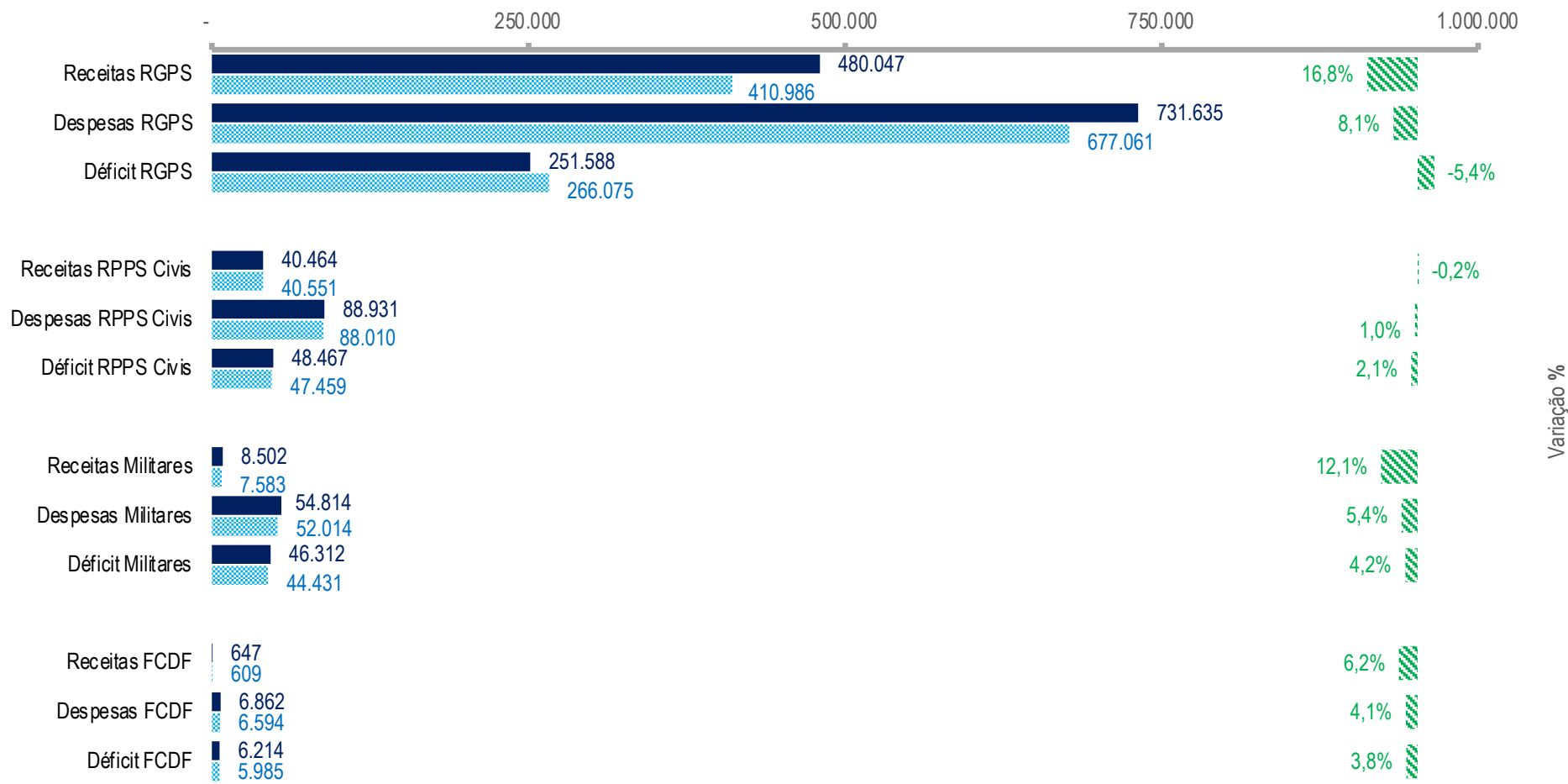
Anexo 4

Port. STN 375/2020

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ Abr/2021 a Mar/2022

▨ Abr/2020 a Mar/2021

▨ Variação (%)

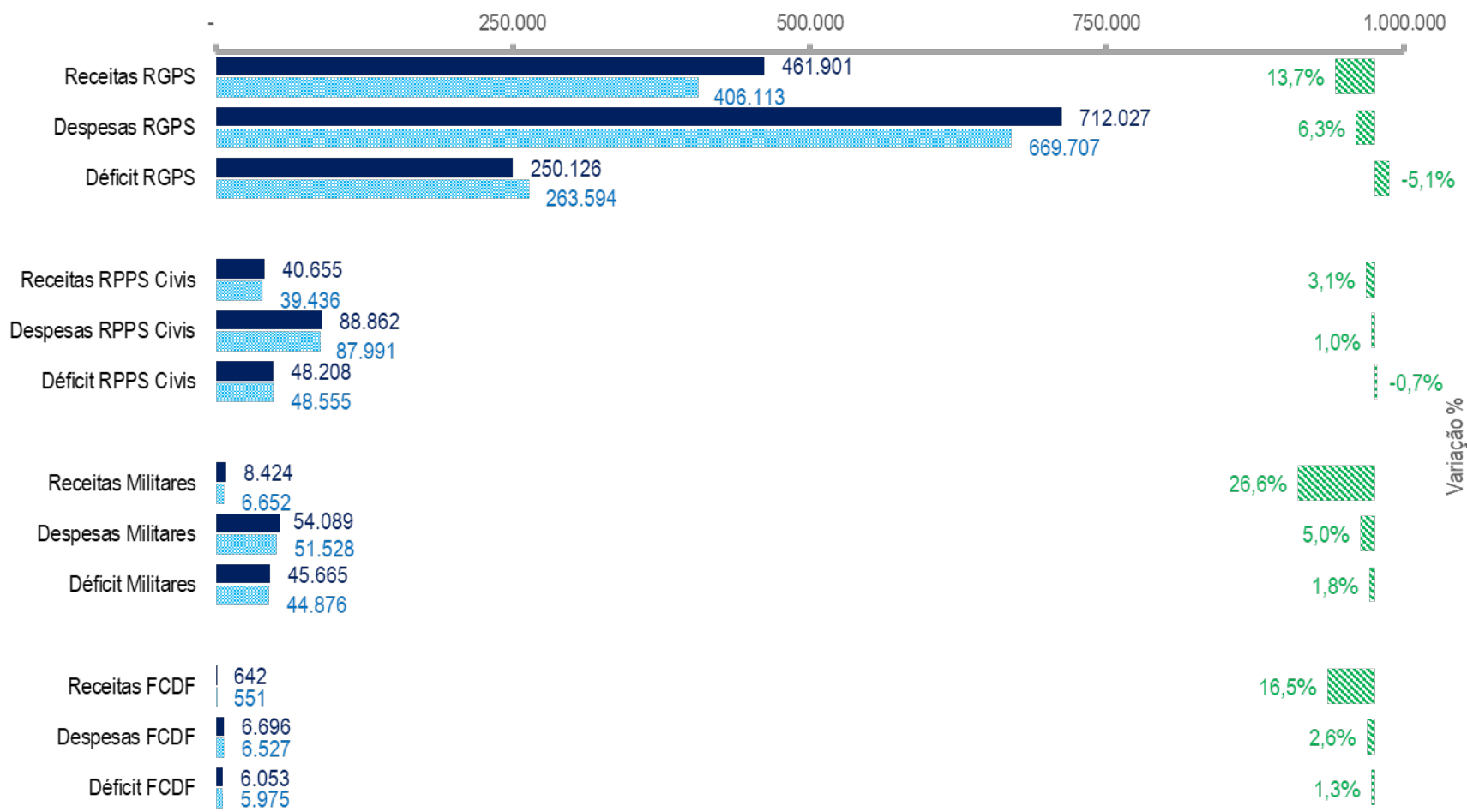
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2021, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 375/2020

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2021 e 2020 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2021
- ▤ 2020
- ▨ % 2021/2020

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

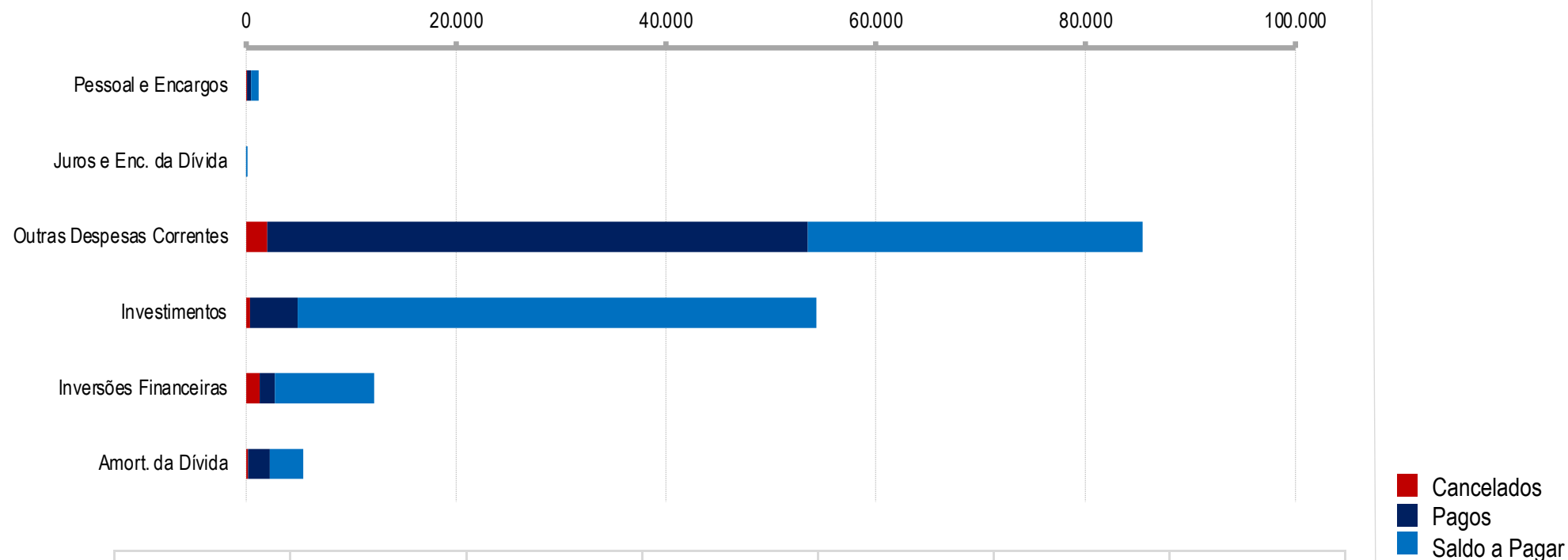
Anexo 7

Port. STN 375/2020

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Março/2022 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	64	-	2.000	354	1.266	179	3.863
Pagos	388	1	51.524	4.525	1.448	2.048	59.934
Saldo a Pagar	753	140	31.920	49.477	9.483	3.197	94.970
Total	1.205	141	85.445	54.356	12.198	5.423	158.767

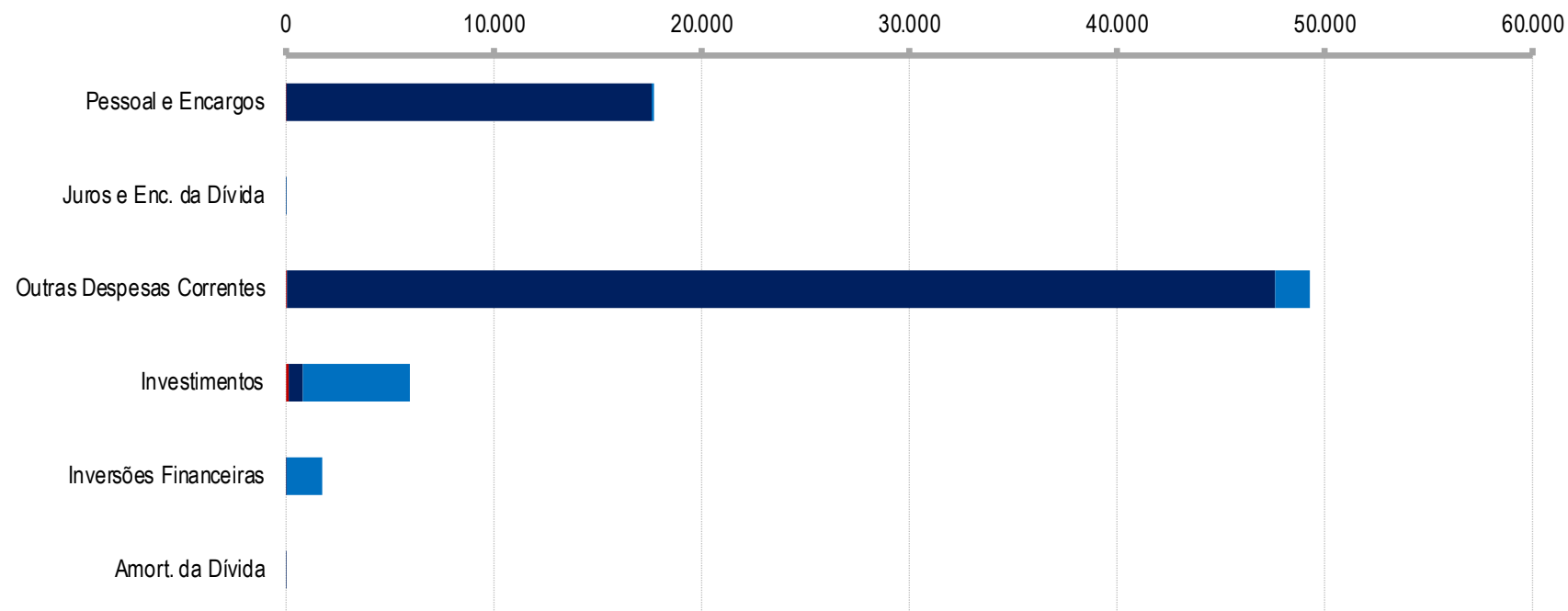
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 375/2020

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Março/2022 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	13	-	29	132	10	-	184
■ Pagos	17.587	0	47.568	686	9	2	65.852
■ Saldo a Pagar	106	1	1.684	5.153	1.726	-	8.669
Total	17.706	1	49.280	5.971	1.745	2	74.705

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 7.

Anexo 8

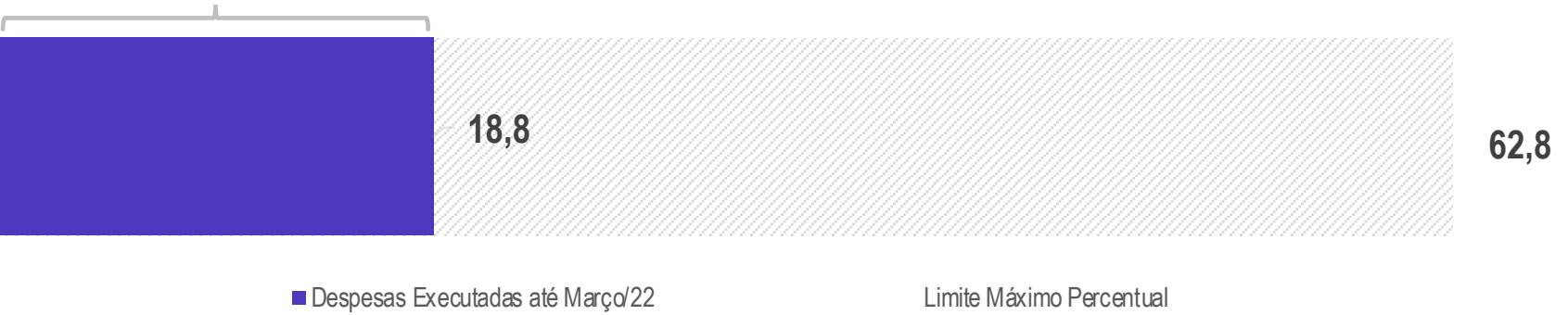
Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Março/2022 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Executado 29,9% do limite mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)
 Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
 Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

* Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	MAR/2022
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	18,8
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8
Despesa Excedente ao Mínimo	0,9	3,3	2,2	2,8	16,6	10,9	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8

Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Março/2022 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Março/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Março	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	136,7	62,8	18,8	29,9%
2021	108,7	55,6	14,4	25,8%
2020	93,1	54,4	12,9	23,6%
2019	89,8	52,7	13,7	26,0%
2018	82,2	50,5	14,1	27,9%
2017	74,6	49,0	13,2	26,9%
2016	70,2	46,6	13,4	28,8%
2015	70,3	46,5	13,5	28,9%
2014	63,8	44,2	9,9	22,4%
2013	60,4	43,0	7,5	17,4%
2012	60,9	39,4	8,4	21,3%
2011	51,9	37,0	8,5	22,9%
2010	36,9	28,7	4,9	16,9%
2009	25,2	21,0	4,1	19,3%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

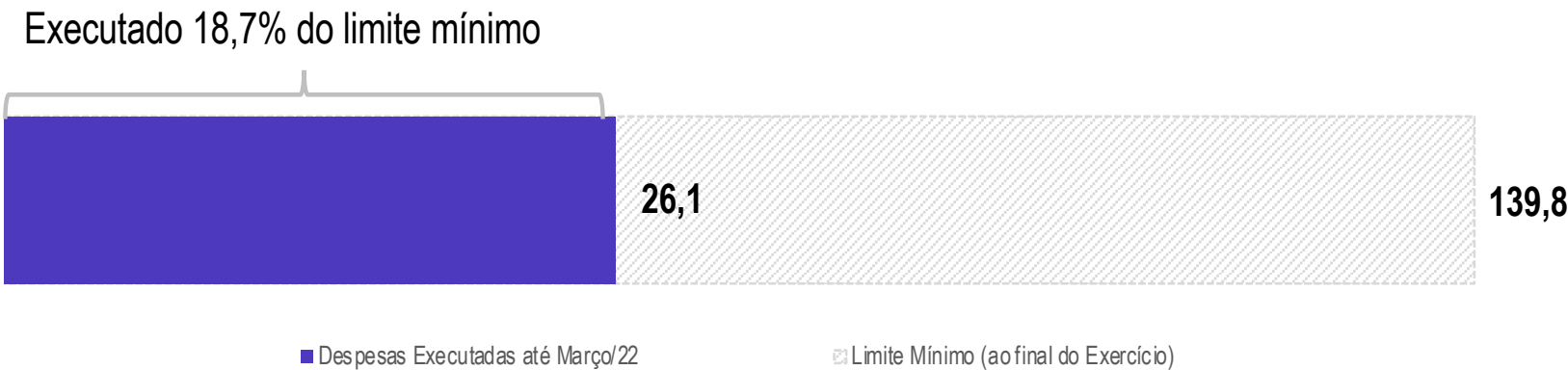
*Na vigência da EC N° 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, corresponde ao limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo correspondeu a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12
Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Março/2022 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Março) X Limite Mínimo (em Março)

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	MAR/2022
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	26,1
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	0,1	3,3	0,7	0,2	0,6	0,1	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 375/2020

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Março/2022 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Março/2022, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Março	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2022	139,8	26,1	18,7%
2021	123,8	32,0	25,9%
2020	121,2	26,1	21,5%
2019	117,3	21,0	17,9%
2018	112,4	20,9	18,6%
2017	109,1	22,0	20,2%
2016	95,4	21,3	22,3%
2015	98,3	22,9	23,3%
2014	91,6	18,8	20,6%
2013	82,9	13,1	15,8%
2012	79,5	12,7	16,0%
2011	72,1	13,2	18,3%
2010	61,2	11,2	18,3%
2009	55,0	9,5	17,2%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

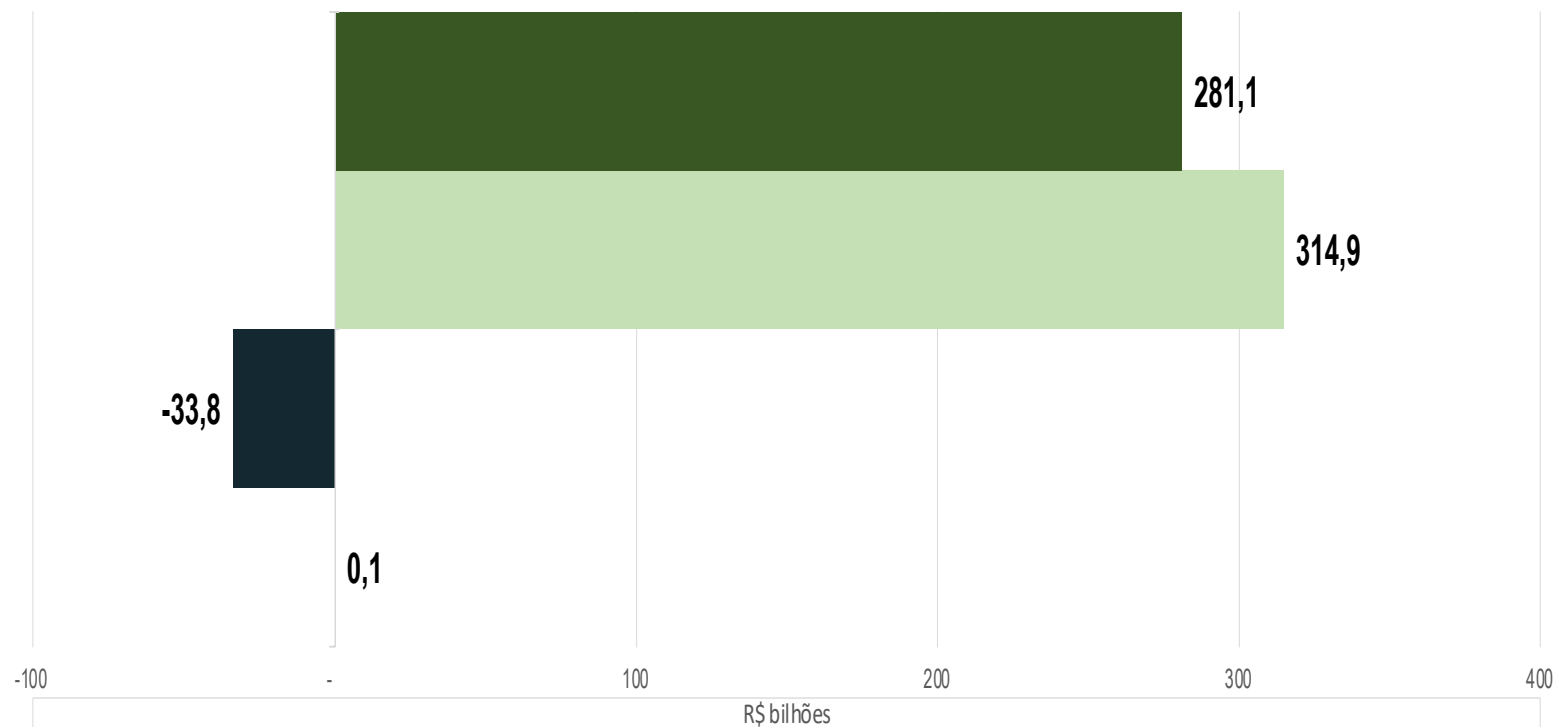
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Março/2022 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



■ Receitas da Seguridade Social	281
■ Despesas da Seguridade Social	315
■ Resultado	-34
■ DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Março/2022 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Março de 2022, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RGPS	63,27	68,51	77,18	82,28	86,32	88,05	91,67	97,92	99,79	104,67	122,81
RPPS - Civil e FCDF	5,28	5,27	6,31	6,91	6,81	7,64	7,67	7,79	8,22	9,40	9,21
Pensões Militares	0,50	0,52	0,52	0,58	0,68	0,76	0,54	0,58	0,99	1,92	2,00
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	56,18	63,35	67,21	72,11	93,27	68,23	76,22	77,98	105,17	121,24	147,11
Total das Receitas	125,23	137,64	151,23	161,87	187,08	164,68	176,10	184,27	214,17	237,22	281,13
Despesas da Seguridade Social											
Despesas do RGPS	75,46	87,03	96,74	101,20	116,00	128,94	139,39	149,03	152,93	160,29	179,89
Saúde	12,73	13,11	18,84	22,80	21,27	22,01	20,85	20,97	26,10	32,02	26,12
Assistência Social	13,12	14,38	15,70	17,32	18,67	20,77	21,67	22,49	23,35	24,67	41,00
RPPS - Civil e FCDF	13,29	14,36	14,63	16,05	16,57	19,03	20,02	20,75	21,95	22,03	22,27
Seguro Desemprego	6,91	7,56	8,70	9,93	8,59	9,49	8,61	8,73	9,52	9,45	9,96
Pensionistas Militares	5,39	5,43	6,98	7,70	3,88	4,40	4,90	5,25	5,28	5,51	5,79
Abono Salarial	0,00	0,23	0,00	0,08	8,55	7,26	7,54	8,02	8,96	10,52	22,60
Demais Despesas	3,78	4,29	4,84	5,57	5,52	6,38	7,59	7,63	7,13	7,32	7,25
Total das Despesas	130,67	146,39	166,43	180,63	199,04	218,29	230,57	242,87	255,21	271,80	314,88
Resultado											
Resultado da Seguridade Social	-5,44	-8,75	-15,20	-18,76	-11,96	-53,61	-54,47	-58,60	-41,04	-34,58	-33,75
Receitas Desvinculadas (DRU)	13,34	14,53	15,31	16,20	0,00	25,12	28,45	29,03	0,05	0,05	0,05
Resultado com Receitas Desvinculadas	7,90	5,78	0,10	-2,56	-11,96	-28,48	-26,01	-29,57	-40,99	-34,54	-33,70

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

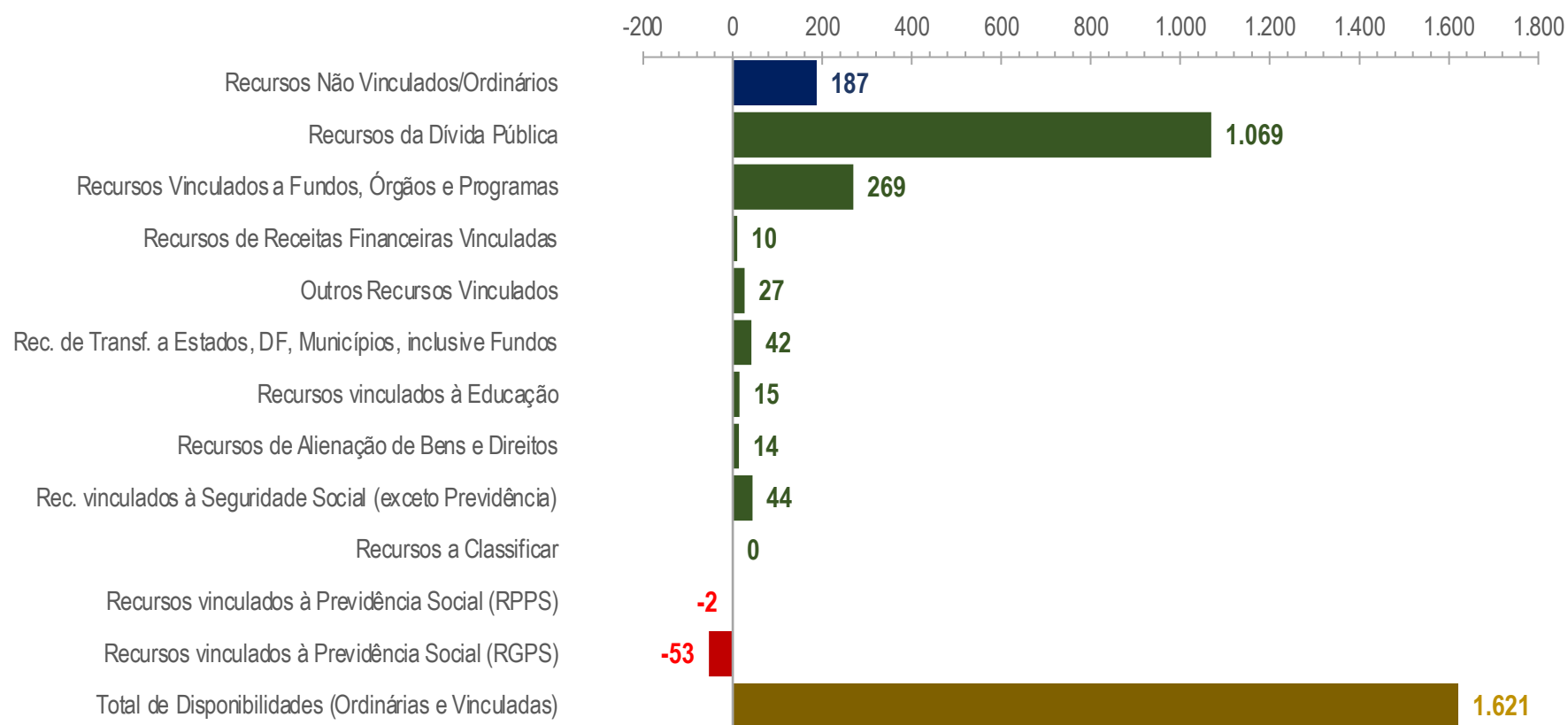
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022 e anteriores, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Março/2022 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Março/2022, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Março de 2022, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.